

Professoras de Ciências da Natureza na educação timorense: questão de gênero na análise da sócio-gênese

Márcia Brandão Rodrigues Aguiar¹(PG), Michele Marcelo Silva Bortolai¹(PG), Renata Rosenthal¹(PG), Daisy de Brito Rezende^{1,2}(PQ)

marciaaguilar@usp.br; michelemb@usp.br; renata.rosenthal@usp.br; dbrezend@iq.usp.br

¹ Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo.

² Departamento de Química Fundamental, Instituto de Química, Universidade de São Paulo.

Palavras-Chave: gênero, docência, socio-gênese.

RESUMO

Este trabalho, de natureza teórica e ensaística, visa propor hipóteses para a discrepância na quantidade de homens e mulheres entre os profissionais da educação no Timor-Leste, em especial nas disciplinas relativas às Ciências da Natureza e Matemática. Para tal, foram utilizados dados do censo educacional e do Ministério da Educação, que deflagram a existência de uma questão de gênero no contexto educacional timorense, no que se refere à presença de mulheres na carreira docente. Considerando a necessidade de modelos teóricos para uma compreensão mais alargada da situação no quadro sócio-educacional daquele país, foram articulados os aportes (1) da sócio-gênese das Representações Sociais e (2) das teorias de gênero, como pano de fundo para questionar as funções desempenhadas pelas mulheres em uma perspectiva diacrônica. Por fim, traçamos algumas considerações sobre a importância do fortalecimento das instituições que garantem a igualdade de direitos entre os gêneros.

A NATUREZA ENSAÍSTICA DO TRABALHO

Este trabalho tem por objetivo levantar hipóteses para a discrepância na quantidade de homens e mulheres entre os profissionais da educação no Timor-Leste, em especial nas disciplinas relativas às Ciências da Natureza e Matemática, com aportes da sócio-gênese para compreensão mais alargada da situação das mulheres no quadro sócio-educacional daquele país.

Para tal, o texto foi estruturado em cinco seções. Inicialmente, apresentamos uma breve introdução sobre o contexto histórico-educacional timorense e o papel da mulher nessa sociedade. Na segunda seção, discutimos algumas concepções e definições de gênero como pano de fundo para questionar as funções desempenhadas pelas mulheres em uma perspectiva diacrônica. Na seção seguinte, adentramos nas concepções de sócio-gênese tal como propostas por Wolfgang Wagner e Caroline Howart. Como centro da discussão, na quarta seção foram utilizados dados do censo educacional e do Ministério da Educação, que deflagram a existência de uma questão de gênero no contexto educacional timorense, para articular com a discussão sobre a sócio-gênese neste tema. Por fim, na última seção, encerramos o artigo com algumas considerações sobre a importância do fortalecimento das instituições que garantem a igualdade de direitos entre os gêneros.

Assim, o trabalho possui caráter teórico e ensaístico no qual será analisada a presença de mulheres na carreira docente, considerando a necessidade de modelos teóricos para explicar a organização sócio-educacional, como uma forma de sistematização dos conhecimentos.

A PRESENÇA DA MULHER NA SOCIEDADE TIMORENSE

O Timor-Leste é um país geograficamente localizado no Sudeste Asiático, politicamente dominado por diferentes países. Foi colônia de Portugal de 1515 a 1975; foi anexado à Indonésia em 1975, cuja ocupação perdurou até 1999; foi administrado pelas Nações Unidas, no período de transição até 2002, ano em que ocorreu a restauração de sua independência.

Durante os vinte e quatro anos de ocupação indonésia, mulheres, homens e crianças timorenses sofreram com a liberdade cerceada e o terror militar que assolava o país. Mesmo assim, os cidadãos não deixavam de vislumbrar, em um futuro próximo, o desenvolvimento do país. Essa situação levou parte da população local à diáspora, resultando em iniciativas de luta e busca de apoio político à independência do país. Parte da população se refugiou na Austrália, Portugal, Moçambique e Angola (CUNHA, 2010).

A fragmentação da população timorense significou uma união ainda maior para os que ficaram no país, vista a constituição de uma identidade nacional comum a essas pessoas. Isto não significou que as comunidades afastadas de sua origem não se sentissem pertencentes a sua nação. O sentimento de pertença do grupo social exilado ou auto-exilado, gerou uma nova configuração à identidade desses indivíduos. Isto é, suas novas experiências de vida passaram a ser incorporadas às memórias já existentes dos tempos passados.

Durante todo o processo do exílio, a hibridização social da experiência cultural foi-se intensificando, enquanto, ao mesmo tempo, se foram cristalizando alguns dos artefactos culturais originais considerados mais representativos: a língua reproduzida em canções, a literatura escrita ou oral, as fotografias que fixam no tempo e na memória as pessoas e as paisagens, certas regras de conduta e valores tidos como próprios e singulares (CUNHA, 2010, p.143).

Apesar da sociedade timorense ainda apresentar um discurso predominantemente patriarcal, as mulheres desempenham papel fundamental para a reconstrução do país.

No contexto social da tradição timorense, a mulher fica submetida às obrigações familiares e, no máximo, contribui para sua complementação financeira. Mesmo assim, são consideradas como representantes dos costumes, tradições e valores culturais e responsáveis pela manutenção desses conhecimentos entre as gerações e pelo fortalecimento de suas origens. Entretanto, essa configuração, muitas vezes, pode contribuir para que a mulher seja impedida de buscar seu desenvolvimento cultural.

A mulher tem grande importância na reconstrução do Timor-Leste, país que se libertou da invasão da Indonésia em 20 de maio de 2002. O trabalho da mulher timorense não é valorizado e quase metade da população vive abaixo da linha da pobreza, mesmo depois de mais de dez anos de independência. Os arredores das ruas principais da cidade continuam a apresentar a miséria de um país assombrado pela fome e debilidades dos sistemas de saúde e educação. Dentre as prioridades apontadas para a melhoria das condições de vida no país estão o combate à pobreza e à desnutrição, mesmo com a sobrevivência da população sendo avaliada em apenas um dólar por dia, para cada cidadão.

O Timor-Leste foi colônia de Portugal e, no entanto, a Língua Portuguesa apesar de ser oficial no país é utilizada como meio de comunicação apenas entre os mais velhos, sendo quase que esquecida pelos mais novos (22,4% dos homens e 11,1% das mulheres falam Língua Portuguesa - NARCISO; HENRIQUES, 2008). Com isso, Portugal tem se preocupado com a educação timorense, principalmente em relação à reintrodução desta língua no país. Tal inserção na educação é prevista através de parcerias entre os Ministérios da Educação de ambos os territórios.

Apesar da situação econômica do país, o governo timorense tem se preocupado com o desenvolvimento educacional de seus cidadãos. Da despesa pública total, a educação consome 7,1%, valores que estão acima da média aplicada por países do sul da Ásia, mas abaixo de países da Ásia Oriental. Em relação ao censo de 2010, para os indicadores relativos à educação timorense, a frequência nos anos iniciais de escolarização tem aumentado em torno de 75,9%. Dessas crianças, apenas 47% atingiram o 5º ano. Já no ensino secundário e

superior, a matrícula se concentrava por volta de 14% e 15%, respectivamente (TIMOR-LESTE, 2012).

É importante ressaltar que, conforme os padrões de avaliação nacional e internacional, os níveis de qualidade do ensino e de escolarização dessa população ainda é inadequado, mesmo com os investimentos na área educacional. Esses dados construídos com o censo de 2010, revelam que mais da metade da população feminina timorense com idade entre 15 e 60 anos é analfabeta e que, também, há maior tendência para a evasão escolar entre as crianças do sexo feminino (TIMOR-LESTE, 2012).

A situação social da mulher timorense está condicionada à desigualdade de gênero, principalmente no que se refere aos seus direitos como cidadã. As maiores dificuldades sentidas pelas mulheres envolvem seu acesso a recursos naturais, como a água e a terra, a educação e a saúde, além de sua menor participação em decisões sociais e políticas (NARCISO; HENRIQUES, 2008).

A sociedade timorense, ainda hoje, pratica o barlaque (prática ancestral), dada sua importância social, política e econômica. O barlaque é um sistema de alianças familiares (espécie de dote) que envolve o comércio relativo a dinheiro, animais e outros bens da família do noivo para a da noiva. Em troca, a família da noiva a oferece, e aos seus pertences, como parte do negócio, o que confere ao futuro marido um sentimento de posse, que condiciona a mulher ao trabalho doméstico e à reprodução, remetendo-a à posição de mercadoria (NARCISO; HENRIQUES, 2008).

Nesse cenário, prosseguir com a discussão sobre o papel desigual da mulher na sociedade tradicional timorense, acentua o fato de que a questão de gênero se dá sobre as relações políticas, sociais e históricas entre homens e mulheres e não pode ser tratada de forma isolada. Tais delimitações, apresentadas por esse sistema opressor patriarcal, colocam a mulher como representante da esfera doméstica e da família, para a reprodução de valores que se perpetuaram com o passar do tempo, deixando esquecidas as possibilidades de participação da mulher na educação ou na política, enfim, na vida em sociedade (TORRÃO-FILHO, 2005; SIMIÃO, 2006).

A questão de gênero comporta uma relação de hierarquia familiar, não somente do homem sobre a mulher, mas também dos pais sobre as filhas, onde a dominação e o controle do masculino se sobrepõem ao feminino. Estes transferem seus poderes patriarcais para os maridos e suas famílias, quando do casamento de suas filhas. Nessa perspectiva, a identidade da mulher na sociedade timorense fica condicionada à falta de liberdade e à submissão impressas pelos padrões rígidos dessa sociedade.

CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES DE GÊNERO

A definição de Nicholson (2000) deixa clara a distinção entre gênero e sexo: o primeiro trata-se do que é socialmente construído; o segundo, do que é biologicamente dado. Além disso, falar de gênero é estudar tudo que está envolto em uma dinâmica sócio-cultural construída com relação aos papéis de cada gênero naquele contexto. Segundo Scott (1995, p. 76), o termo gênero *“coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”*. Ela explica que:

“[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1995, p.75).

Nesse contexto, é importante trabalhar com a questão de gênero pelas desigualdades existentes entre homens e mulheres em diversos campos mas, também, é necessário relacionar gênero com as lutas de classe e raça e com o momento histórico a que nos estamos referindo. Scott (1995) salienta que trabalhos voltados às categorias classe, raça e gênero assinalam:

“[...] em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (SCOTT, 1995, p.73).

Além de apontar números sobre quantas mulheres estão em minoria em determinados campos, quantas mulheres ganham menos e têm suas posições de trabalho e financeiras não privilegiadas, quantas sofrem violências dos tipos mais variados possíveis: verbal, física, doméstica, moral, sexual, trabalhista, familiar e conjugal, por exemplo, quantas têm seus estudos interrompidos, seus trabalhos desvalorizados, é importante, também, refletir sobre como essas desigualdades foram construídas, quais fatores sociais e culturais podem estar relacionados a isso e como se dá propriamente essa relação de poder. As discussões teóricas de gênero trazem à tona memórias, reflexões e momentos de luta a serem discutidos a todo momento, mas, mais do que isso, analisados, observados quanto a haver mudanças de fato e se essas mudanças trazem alguma relevância em um contexto desigual. No mesmo trabalho, Scott (1995) ilustra essa questão:

“Se tratarmos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? [...] Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações?” (SCOTT, 1995, p. 93).

Um exemplo que se assemelha à realidade timorense é mencionado por Scott (2005), quando fala sobre a posição da mulher na sociedade francesa, à época da Revolução. Naquela sociedade, o poder conferido à mulher era o de gestão familiar, sempre conferido pelos homens, que possuíam poder por serem os proprietários das terras. Assim, mais uma vez, era acentuada a posição de inferioridade da mulher devido à dominação masculina ocasionada pela detenção do poder.

A SÓCIO-GÊNESE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais (**RS**) formam parte do sistema de conhecimento das pessoas e não podem ser compreendidas isoladamente da condição sócio-genética sob a qual elas foram elaboradas. Segundo Wagner (2011, p.139), “*explicar uma representação social ao nível de avaliação social significa, portanto, determinar a condição social que a originou*”. Assim, esta teoria permite vislumbrar a influência condicionante da sociedade e da cultura nos modos de pensar e de agir (MOSCOVICI, 2010).

O trabalho adota perspectivas de análise sincrônicas e diacrônicas. A análise sincrônica traz dados da realidade contemporânea das questões de gênero no sistema educacional timorense, mormente o corpo docente dos componentes curriculares de Ciências da Natureza. De forma complementar, a análise diacrônica visa lançar luzes quanto a algumas das hipóteses sobre as origens das diferenças de gêneros no Timor-Leste, sob a chave teórica da sócio-gênese da **RS**.

Ao descrever as funções prescritivas das **RS**, Moscovici (2003) discute que a prescrição de condutas impõe-se com força irresistível através, tanto de uma tradição que decreta sobre o que deve ser pensado, quanto de uma estrutura que se encontra presente antes do pensamento.

As **RS** acerca de um mesmo objeto social podem ser consideradas em dois níveis de avaliação, referentes: (1) aos sistemas de conhecimentos dos indivíduos, como se estes fossem representantes de grupos específicos; e (2) às características das unidades sociais *per se*, ou seja, aos atributos coletivos de uma **RS**. No presente trabalho, a análise recai no segundo nível de avaliação, onde pode haver elementos que não são comuns a todos os grupos de uma sociedade, contudo são relevantes para a manutenção da estabilidade do grupo.

Apesar da ausência de unanimidade entre os pesquisadores do campo das **RS** sobre quais parâmetros são adequados para defini-las, Wagner (2000, p.17-20) apresenta cinco critérios de diagnóstico, considerando as consequências da sócio-gênese, organizados do mais geral ao mais específico.

1) **Consenso funcional**: compreendido como a necessidade de manter a unidade do grupo, padronizar o auto-sistema, as auto-categorizações e interações de uma maioria qualificada de integrantes do grupo.

2) **Relevância**: as **RS** referem-se a objetos ou questões socialmente relevantes. A relevância dessas questões sociais é dimensionada pelo grau de mudança que elas provocam no padrão de comportamento de grupos e indivíduos.

3) **Prática**: uma representação só é considerada nova se ela alterar o pensamento e o comportamento da maioria das pessoas pertencentes a um grupo. Não basta um número de pessoas mudar seus hábitos, sem que estes tenham sido incorporados à rotina diária de um subgrupo ou grupo.

4) **Holomorfose**: o pensamento coletivo, que requer caráter público, pressupõe que as **RS** contenham meta-informação sobre sua referência grupal. O termo holomorfia é proposto por Wagner (2000) para designar essa meta-informação presente nas **RS**. Como as **RS** devem conter elementos comuns a todos os co-atores em potencial, o critério de holomorfose considera que cada indivíduo detentor de uma determinada **RS** terá uma ideia das possíveis ações dos parceiros em potencial. Assim, as **RS** que incluem-se nas identidades sociais sempre conterão informações sobre seu grupo de referência.

5) **Afiliação**: é a face objetiva da holomorfose, pois com a delimitação da subcultura ou do grupo reflexivo é possível esperar a ocorrência de **RS**, visto que elas formam uma parcela localmente válida do senso comum.

Além dos cinco critérios expostos, que resultam de uma suposta natureza sócio-genética das **RS**, Howarth (2010) atenta para o caráter genético das representações em três níveis: (1) sócio-gênese, relativo ao nível da sociedade em geral; (2) onto-gênese, situa-se na interface entre o individual e o social; e (3) micro-gênese, referente às interações próprias entre os indivíduos. Ela argumenta que estes três níveis estão interligados em qualquer situação de intercâmbio social, dada a complexa relação existente entre representação, cultura e identidade.

De fato, a identidade de gênero não é negociável. Não existe a possibilidade de excluir as práticas sociais que constroem, apoiam e até desafiam as representações de gênero. No entanto, as práticas de gênero são passíveis de reconstrução, assim como a identidade de gênero pode se apresentar de muitas formas (HOWARTH, 2010).

A sócio-gênese das **RS** na vida social é onde as mesmas surgem mais prevalentes, pois permeiam as instituições sociais, os meios de comunicação, o marketing, as campanhas publicitárias, os discursos políticos, bem como demais arranjos culturais. Assim, a sócio-gênese ocupa papel central na concepção dialética da estabilidade e da mudança social (HOWARTH, 2010).

MULHERES NA CARREIRA DOCENTE NO TIMOR-LESTE

Segundo os dados censitários educacionais de 2010, havia no Timor-Leste 4.784 professores e profissionais associados atuantes (TIMOR-LESTE, 2012, p.51). Contudo, cerca de 68% destes professores eram homens (n=3259) e apenas 32% mulheres (n=1525). Assim, é possível afirmar que, no contexto timorense, a carreira docente é majoritariamente masculina, desconstruindo o discurso ingênuo da feminilização do magistério como um fenômeno global. No nível superior, a discrepância torna-se ainda maior, há menos de um quarto de mulheres no corpo docente (Quadro 1).

Quadro 1: Número de professores/educadores no Timor-Leste em 2010¹

Profissionais do ensino	Número total	Homens	Mulheres
Pré-primário ²	26	13	13
Primário ²	2207	1475	732
Secundário ²	1984	1363	621
Superior ²	342	261	81
Inspetores escolares	21	19	2
Especialistas em métodos educacionais	16	12	4
Outros profissionais da educação	188	116	72
Profissionais associados de educação especial	2	2	0
Outros profissionais associados ao ensino	45	26	19
Total	4784	3259	1525
Porcentagem do total	100%	68,1%	31,9%

¹ Adaptado de National Statistics Directorate (TIMOR-LESTE, 2012, p.51).

² Nomenclatura utilizada pela legislação do Timor-Leste para as etapas de ensino.

Além dos dados publicados no censo educacional, também é de interesse conhecer a quantidade de professores atuantes em cada disciplina do Ensino Secundário. Como não havia dados publicados com esta informação, fomos ao Ministério da Educação do Timor-Leste, angariando informações relativas a todos os docentes atuantes no país no ano de 2011 (TIMOR-LESTE, 2012). Assim, esses dados foram sistematizados graficamente (Figura 1) para a visualização, por gênero, da quantidade de docentes atuantes nas disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática.

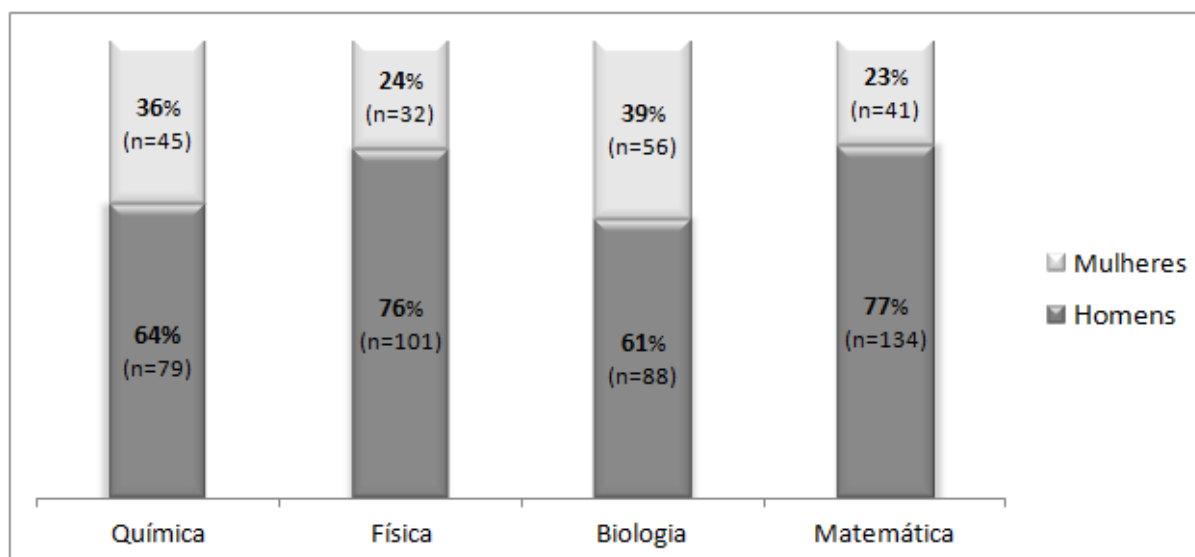


Figura 1: Proporção entre professores homens e mulheres em disciplinas de Ciências Naturais e Matemática no Ensino Secundário (TIMOR-LESTE, 2011)

Os professores atuantes nas disciplinas de Ciências Naturais e Matemática no Ensino Secundário do Timor-Leste, são, em sua maioria, do sexo masculino (entre 64% e 77%). Já o número de profissionais atuantes do sexo feminino está representado na proporção de 23% a 39%.

Em comparação com os dados contidos no Quadro 1, quanto maior for o nível educacional a quem se ensina, maior é o número de homens atuantes, por segmento. Por exemplo, no Ensino Pré-Primário, a quantidade de homens e mulheres é equivalente (50% em cada sexo). Já no Ensino Primário não se encontram valores igualitários, visto a diferença ficar estabelecida em torno de 67% de homens e 33% de mulheres. Tal fato evidencia a discrepância entre homens e mulheres no setor educacional.

Pelos elementos já mencionados no texto, pode-se inferir que a mulher timorense continua a ocupar-se da questão familiar e sua presença em setores sociais, como a educação, ainda está defasada. Destaca-se, então, que a atuação de homens em sala de aula é muito maior que das mulheres, pois muitas delas abandonam os estudos ainda novas ou atuam com maior ênfase no ensino pré-primário por este sistema exigir de seus profissionais um menor nível de formação profissional, em comparação às exigências para lecionar, por exemplo, no Ensino Superior.

As hipóteses para a análise e compreensão mais ampla desta desproporção observada entre homens e mulheres no panorama educacional timorense recebem aportes das reflexões sobre gênero e da sócio-gênese das representações sociais, alinhada à perspectiva diacrônica que considera aspectos históricos para fazer a leitura do presente.

Uma problematização possível de se levantar é sobre o uso da expressão “feminilização do magistério”, tão amplamente empregada em diversos textos, acadêmicos inclusive, assumida como um fenômeno de escala global. Uma análise crítica permite inferir que a não localização do espaço geográfico, como se ‘no mundo inteiro fosse assim’, ocasiona inverdades e incursões de imprecisão. Ao se generalizar o conceito, fala-se da realidade ocidental.

Contudo, na sociedade timorense, as relações entre a mulher e o trabalho são extremamente desiguais em relação às dos homens. A hipótese aqui lançada é a de que as possibilidades de trabalho e empoderamento das mulheres ficam limitadas devido ao seu ingresso mais restrito no nível superior, em uma sociedade tradicional como a timorense (CRISTALIS; SCOTT, 2005; SIMIÃO, 2006). A “masculinização do magistério” pode ser compreendida, pois não há como ser professor sem que as condições para estudar sejam asseguradas.

Durante a ocupação militar indonésia (1975-1999), o governador do Timor, nomeado pela indonésia, declarou a contabilidade obituária ser de aproximadamente 200.000 pessoas (CAREY; BENTLEY, 1995). Contudo, os autores argumentam que este número é supostamente sub-estimado, de forma a atenuar os horrores perpetrados neste período. A população de alguns distritos decresceu em até 60% (DURAND, 2010), o que caracterizou, dentre outros fatores, uma grave crise demográfica.

Scott (1990) observa que as funções maternais e de reprodução das mulheres ganham importância em políticas natalistas advindas de momentos posteriores às crises demográficas, ocasionadas por guerras, pestes ou fome.

Aqui é possível articular com o critério de relevância da sócio-gênese das **RS**, quando o “padrão de comportamento dos indivíduos ou grupos muda em sua presença” (WAGNER, 2000, p.18). Assim, esta **RS** do papel reprodutivo das mulheres as tem mantido afastadas da igualdade de oportunidades.

O resultado do censo de 2010 indicou que 50% da população timorense é de crianças (TIMOR-LESTE, 2012). Tal dado evidencia o *boom* populacional nos anos subsequentes à independência, confirma a hipótese de Scott sobre a valorização das funções progenitoras das mulheres em tempos pós-crianças de redução demográfica. Tal resultado sinaliza, aos gestores educacionais, a necessidade de um planejamento estratégico que garanta condições para receber em um futuro próximo este grande contingente populacional no sistema de ensino, o que implica, dentre outros, na demanda para ampliação de programas de formação de professores.

Outra possível hipótese de análise sobre as questões de gênero na educação pauta-se no pressuposto da relação inversa que ocorre entre a presença de mulheres de uma dada profissão e a importância social atribuída à mesma. Assim, a hipótese é a de que quanto maior a feminilização de uma profissão, menor será o seu prestígio social.

De fato, Lüdke e Boeing (2004, p.1160) discutem que um dos sinais evidentes de precarização da profissão docente em nossos dias incide no fator econômico, localizado “na base do processo de decadência do magistério”. Os autores apresentam cinco perdas desse grupo profissional: (1) de prestígio; (2) de poder aquisitivo; (3) de condições de vida; e (4) de respeito; e (5) de satisfação no exercício da docência.

No Timor-Leste, a profissão docente ainda goza de elevado *status* social, dentre outras razões, pela isonomia salarial com profissionais de outras áreas de atuação. A remuneração dos funcionários públicos é definida em tabelas salariais correspondentes à categoria e carreira profissionais, em virtude das habilitações acadêmicas e da experiência profissional desses trabalhadores (TIMOR-LESTE, 2009). Esses fatores determinam a categoria, grau e escalão ocupados pelo funcionário, estabelecendo o enquadramento funcional e conseqüente valor do salário. Assim, das perdas sofridas pelos profissionais da educação apresentadas por Lüdke e Boeing (2004), observa-se que o poder aquisitivo, o prestígio e o respeito ainda estão presentes no contexto sócio-educacional timorense.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FORTALECIMENTO DA GARANTIA DE IGUALDADE DE DIREITOS

Algumas medidas já foram tomadas para promover legalmente as garantias às condições de igualdade, como a criação da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (TIMOR-LESTE, 2008) e, mais recentemente, a adesão, como país signatário, da iniciativa das Nações Unidas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo 5 propõe diversas metas para “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015, p.24-25).

Ainda assim, as questões de gênero no campo educacional apontadas pelo censo de 2010 (TIMOR-LESTE, 2012) indicam a necessidade de fortalecimento da defesa de direitos das mulheres timorenses. Os embates políticos e simbólicos que formam as identidades de gênero, tanto caracterizam a sócio-gênese da **RS** sobre gênero naquela cultura, como delimitam práticas locais e valores supostamente universais (SIMIÃO, 2006). É importante

também reconhecer a igualdade e a diferença e relacioná-las aos direitos individuais e às identidades de grupos, para que sejamos mais democráticos (SCOTT, 2005).

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao apoio financeiro da Capes relativo às bolsas de doutorado e de mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAREY, P. B. R.; BENTLEY, C. **East Timor at the crossroads: the forging of a nation**. Hawaii: Univ. do Hawaii, 1995.

CRISTALIS, I.; SCOTT, C. **Independent women. The story of women's activism in East Timor**. London: CIIR, 2005.

CUNHA, T. Imobilidades e fracturas. Mulheres, identidades e narrativas viajantes em Timor-Leste. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], Coimbra, n.89, p.141-152, jun. 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3752>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

DURAND, F. **Timor-Leste: país no cruzamento da Ásia e do Pacífico**. Lisboa: Lidel, 2010.

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. **Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Timor-Leste (2007-2010)**. jun. 2011. 88p. Disponível em: <<https://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1159-1180, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22616>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

MOSCOVICI, S. Por que estudar representações sociais em psicologia? Trad. Pedro H. F. Campos e Ana Raquel R. Torres. **Estudos Vida e Saúde**, Goiânia, v.30, n.1, p.11-30, jan./fev. 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho Guareschi. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 404p.

NARCISO, V. M. J. S.; HENRIQUES, P. D. Desenvolvimento Rural, Mulheres e Terra - Um olhar sobre Timor-Leste. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. sober: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/201.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 49p. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. [Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.]

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SIMIÃO, D. S. Representando corpo e violência: a invenção da "violência doméstica" em Timor-Leste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.61, p.133-145, jun. 2006.

TIMOR-LESTE. Lei n.5, de 15 de julho de 2009. **Aprova o Estatuto da Função Pública**. Jornal da República, Dili, n.25, Série I, 15 jul. 2009, p.3284-3302. Disponível em: <http://cfp.gov.tl/wp-content/uploads/2015/04/Legisla%C3%A7%C3%A3o-da-Fun%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Livro-de-Bolso-2.ed_.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

TIMOR-LESTE. Decreto-Lei 14/2012. **Alteração ao Decreto-Lei N. 16/2008, de 4 de Junho, que aprovou a orgânica da Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade**. Jornal da República. Disponível em: <<http://www.jornal.gov.tl/?q=node/1053>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

TIMOR-LESTE. National Statistics Directorate. **Population and Housing Census 2010**. Analytical Report on Education. v.9, 92p. 2012. Disponível em: <http://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/Education_Monograph.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

TIMOR-LESTE. Ministério da Educação. **Situação dos professores**. Plataforma: Education Management Information System (EMIS). [Planilha de Excel]. Dili, 2012.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.24, p.127-152, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.119-149.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p.3-25.